



RELATÓRIO DE SÍNTESE

**ESTUDO DE DIAGNÓSTICO PARA SUPORTE À ELABORAÇÃO
DO PLANO MUNICIPAL DE JUVENTUDE DE CASTELO BRANCO**

RELATÓRIO DE SÍNTESE

ESTUDO DE DIAGNÓSTICO PARA SUPORTE À ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE JUVENTUDE DE CASTELO BRANCO

Elaborado pela Universidade de Coimbra, no âmbito de acordo de
colaboração com o Município de Castelo Branco

EQUIPA UC DE INVESTIGAÇÃO

Claudino Ferreira (Coord.)

Daniel Francisco

Paulo Peixoto

Suzy Oliveira

Setembro de 2025



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

ÍNDICE

1.	APRESENTAÇÃO	1
2.	ESTRATÉGIA DE ABORDAGEM E METODOLOGIA DE PESQUISA.....	5
3.	OS PLANOS MUNICIPAIS DA JUVENTUDE E AS ORIENTAÇÕES PARA AS POLÍTICAS LOCAIS DE JUVENTUDE	9
4.	<i>BENCHMARKING</i> DE PLANOS MUNICIPAIS DA JUVENTUDE À LUZ DOS PLANOS NACIONAIS	12
5.	DIAGNÓSTICO DAS CONDIÇÕES LOCAIS: POTENCIALIDADES, DIMENSÕES CRÍTICAS E CONSTRANGIMENTOS	19
6.	O CONCELHO E A SITUAÇÃO DA JUVENTUDE VISTA A PARTIR DO TERRENO: A VOZ DOS ATORES LOCAIS	29
7.	PROPOSTA DE ESTRUTURA DO PLANO MUNICIPAL DE JUVENTUDE DE CASTELO BRANCO	47
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	52

1. APRESENTAÇÃO

O presente Relatório sintetiza o processo de pesquisa e os resultados do *Estudo de diagnóstico para suporte à elaboração de Plano Municipal de Juventude de Castelo Branco*. O estudo foi realizado no âmbito de um acordo de prestação de serviços entre a Universidade de Coimbra e a Câmara Municipal de Castelo Branco. Teve como objetivos realizar um diagnóstico das condições que enquadram as oportunidades de vida dos jovens no concelho e elaborar um caderno de encargos para a elaboração de um Plano Municipal de Juventude. Pretendeu-se que essa elaboração assentasse, simultaneamente, numa análise rigorosa da informação sobre a juventude no concelho de Castelo Branco e na auscultação e envolvimento alargado de atores locais, com destaque para os jovens.

A figura dos Planos Municipais da Juventude (PMJ) representa não apenas um instrumento técnico de planeamento, mas também a expressão formal de um reconhecimento institucional e político profundo: o de que a juventude constitui um grupo social específico, com necessidades, desafios e potenciais singulares, que exigem respostas próprias e diferenciadas. Nas sociedades contemporâneas, marcadas por transformações rápidas — tecnológicas, económicas, sociais e culturais — os jovens enfrentam dilemas particulares no acesso à educação, à formação, ao emprego, à habitação, à mobilidade, à cultura e à participação cívica e política. Essas dificuldades não podem ser entendidas de forma isolada, mas sim num quadro abrangente, interligado e sensível à diversidade das trajetórias juvenis.

Assim, um Plano Municipal de Juventude parte da convicção de que é necessário adotar estratégias de atuação que contemplem a juventude numa perspetiva ampla e

multissetorial, envolvendo áreas tão diversas como a educação, o desporto, a cultura, o empreendedorismo, a inclusão social, a saúde e a sustentabilidade ambiental. Ao mesmo tempo, reconhece-se que cada território possui realidades próprias e que, por isso, a resposta às necessidades da juventude não pode ser uniforme ou padronizada. Pelo contrário, deve ser sensível às particularidades locais, às especificidades socioculturais de cada comunidade e às condições concretas em que os jovens vivem e constroem os seus percursos.

É neste quadro que os Planos Municipais de Juventude assumem relevância: ao proporcionarem um espaço de diagnóstico, reflexão e ação concertada, eles permitem enquadrar políticas públicas mais justas, inclusivas e eficazes, que tenham em conta as vozes, as aspirações e os direitos dos jovens. Este tipo de planeamento constitui, portanto, um compromisso político e social que visa criar condições estruturais para que cada jovem possa sonhar, participar, decidir e desenvolver plenamente os seus projetos de vida, contribuindo em simultâneo para o progresso coletivo e para a coesão da comunidade em que se insere.

É certo que muitos dos constrangimentos e das dificuldades que os jovens hoje enfrentam, e que os inquietam justamente, se enquadram em dinâmicas que ocorrem a escalas mais amplas, como a nacional e a global. Mas é verdade também que, como assinalam todos os documentos orientadores de política pública para a juventude, é à escala local que esses constrangimentos e dificuldades se manifestam de forma concreta, condicionando ou potenciando as opções e as oportunidades reais dos jovens. O Município é, por isso, o contexto privilegiado para o planeamento integrado de estratégias de atuação que, mantendo-se atentas aos desafios colocados pelas dinâmicas que correm em espaços mais amplos, enfrentem numa lógica de proximidade e de diálogo estreito com os jovens e a comunidade local os problemas concretos que afetam as suas condições de vida e os seus projetos de desenvolvimento pessoal.

O Município de Castelo Branco vem há muito tempo desenvolvendo um extenso conjunto de medidas de política pública que tomam as condições e as oportunidades de vida dos jovens munícipes como uma prioridade. Essas medidas decorrem não apenas da intenção de proporcionar aos jovens condições para que vivam o mais plenamente

possível a sua condição de cidadãos e de sujeitos em processo de conquista de autonomia, mas também da consciência de que a vitalidade e o futuro do concelho dependem em larga medida da sua capacidade de manter no território municipal uma população juvenil ativa, dinâmica, qualificada e com projetos de vida transformadores, tanto das suas vidas pessoais, como da vida do território e da comunidade.

O concelho enfrenta atualmente desafios complexos, associados em parte à sua condição descentralizada, num país onde as assimetrias regionais persistem insistentemente e interferem tanto nas oportunidades de vida dos cidadãos, como nas perspetivas de desenvolvimento dos territórios. Contrariar os efeitos negativos dessa condição descentralizada sobre as condições e oportunidades de vida dos jovens é fundamental para assegurar perspetivas de desenvolvimento socioeconómico e sociocultural do concelho.

Na esteira destas preocupações, e dando continuidade à importância atribuída aos jovens nas estratégias locais de desenvolvimento sustentado, o Município de Castelo Branco entendeu ser este o momento certo para avançar na elaboração de um Plano Municipal da Juventude (PMJ-CB). Pretende que ele confira maior sentido estratégico, melhor integração sistémica e maior envolvimento dos jovens na definição de políticas públicas dirigidas à promoção das suas condições e oportunidades de vida.

Para a elaboração do PMJ-CB, o Município estabeleceu uma colaboração com a Universidade de Coimbra. Essa colaboração visou assegurar uma adequada sustentação do plano nas recomendações mais atualizadas a respeito das políticas para a juventude nos contextos nacional e europeu, num diagnóstico criterioso das condições demográficas, socioeconómicas e culturais que enquadram a vida dos jovens no Município e numa auscultação ampla à comunidade local de jovens, vocacionada para promover o seu envolvimento forte no processo.

Tomou-se como ponto de partida para este processo as boas práticas recomendadas pelos mais relevantes organismos nacionais e europeus que se posicionam relativamente às políticas públicas para a juventude (como, entre outros, a FNAJ, o Conselho Nacional da Juventude, o Conselho da Europa ou a Comissão Europeia) e pelos

instrumentos normativos que enquadram nacionalmente a figura do PMJ (a Resolução do Conselho de Ministros nº 114-A/2018, que aprova o Plano Nacional para a Juventude; e a Lei nº 8/2009, alterada pela Lei nº 6/2012, que regulamenta os Conselhos Municipais de Juventude). Seguiram-se em especial as orientações sistematizadas em dois documentos de referência: a *Carta Europeia Revista sobre a Participação dos Jovens na Vida Local e Regional*, do Conselho da Europa (2015) e o *Plano Nacional de Políticas Locais de Juventude*, da FNAJ (2019).

Essas recomendações acentuam a necessidade de assentar a definição dos PMJs, por um lado, num rigoroso conhecimento das dinâmicas e das condições socioeconómicas, educativas e culturais que enquadram a condição de vida dos jovens à escala local e, por outro, numa criteriosa sondagem dos principais desafios, necessidades, aspirações e problemas que marcam a sua inserção no território concelhio. Esta última deve ser baseada na auscultação, no envolvimento ativo e na participação ampla dos atores locais com papel relevante na área, com destaque para os próprios jovens, considerados tanto individualmente, na sua qualidade de cidadãos, como coletivamente, no quadro das organizações da sociedade civil que os representam localmente.

2. ESTRATÉGIA DE ABORDAGEM E METODOLOGIA DE PESQUISA

Em linha com as recomendações sintetizadas na Apresentação, este estudo adotou uma metodologia que combinou 3 fases sucessivas.

A **primeira fase** foi dedicada ao levantamento, sistematização e análise de documentação institucional e normativa relevante para o enquadramento dos PMJs, tanto à escala nacional como europeia. Esta abordagem foi complementada com uma análise de *benchmarking* de experiências de elaboração de PMJs de outros Municípios portugueses, assim como de experiências de natureza similar noutros países europeus, tendo em vista mobilizar boas práticas aplicáveis ao Município de Castelo Branco.

A **segunda fase** foi dedicada ao diagnóstico das condições contextuais que enquadram as necessidades, problemas e oportunidades de vida dos jovens à escala local, perspetivadas numa ótica temporal de médio prazo. Visou identificar as principais dinâmicas e tendências em curso em domínios cruciais para os seus projetos de vida, como a demografia, a educação/formação, a atividade económica, o emprego, a saúde, a vida familiar, a mobilidade, a cultura, o desporto, o lazer, as políticas sociais.

Para este diagnóstico foi recolhida e analisada informação documental e estatística nos domínios da demografia, emprego, atividade económica, ensino, saúde, cultura, desporto, mobilidade, associativismo, complementada com informação disponível na Câmara Municipal e análise de documentos relevantes elaborados pelo Município ou em associação com entidades externas. Destacam-se, entre estes últimos, o *Diagnóstico Social de Castelo Branco*, a *Carta Educativa do Concelho de Castelo Branco*, o *Plano*

Municipal para a Igualdade e a Não Discriminação, a Estratégia de Desenvolvimento do Concelho de Castelo Branco.

Procedeu-se, também, a um levantamento exaustivo das medidas de política pública do Município direta ou indiretamente dirigidas à juventude. Pretendeu-se com isso enquadrar criteriosamente a preparação do PMJ-CB nas estratégias de governação em curso e assegurar a integração intersetorial das diretrizes para as políticas para a juventude.

Finalmente, a **terceira fase** centrou-se no mapeamento, sondagem e mobilização dos atores locais com mais relevo nos domínios da vida juvenil, com destaque para as organizações de jovens. O objetivo foi incorporar as suas perspetivas, aspirações, necessidades e opiniões no estudo de diagnóstico e na definição das linhas orientadoras do PMJ-CB. Este processo visou também mobilizar as organizações juvenis para um envolvimento ativo na implementação futura do PMJ-CB, incluindo a sua monitorização e atualização periódica.

Esta terceira fase constituiu a parte central e mais importante do trabalho de pesquisa. Decorreu ao longo de um período de 12 meses, entre julho de 2024 e julho de 2025. Embora o plano inicial previsse um prazo de 6 meses para a realização do trabalho, a complexidade do terreno e as dificuldades encontradas no processo de envolvimento dos atores locais, sobretudo os jovens e as organizações juvenis, exigiram o seu prolongamento, de modo a assegurar um forte enraizamento do diagnóstico na realidade local e nas expectativas, necessidades e opiniões dos próprios jovens.

A estratégia de sondagem e envolvimento dos jovens e de outros atores relevantes implicou, com efeito, um processo cuidadoso e intensivo de imersão no terreno, com o estabelecimento de contactos sucessivos, a perseguição de pistas e sugestões fornecidas por cada pessoa ou entidade contactada e a gradual reconstituição do tecido social local em domínios relevantes para a definição de políticas de juventude.

A preocupação central da pesquisa de terreno foi assegurar o máximo de envolvimento dos jovens e das organizações juvenis, o que implicou um trabalho sensível de desbloqueamento de barreiras comunicacionais, geradoras de indiferença e de fraca

motivação, associadas a dois fatores principais: hábitos pouco regulares de participação ativa nos processos de auscultação e tomada de decisão da administração local; fraca confiança nas vantagens de um envolvimento ativo nesses processos.

A pesquisa de terreno privilegiou o contacto com as associações juvenis e as associações que, embora não registadas como associações juvenis, mantêm atividade de relevo para a população jovem do concelho, nomeadamente em domínios como a educação e formação, a cultura, o desporto, a ocupação dos tempos livres, a integração social

Em paralelo com as associações juvenis, a pesquisa concedeu relevo aos estabelecimentos escolares dos vários níveis de ensino, às organizações desportivas, culturais e recreativas, às associações de desenvolvimento social. Implicou, também, o contacto com pessoas e estruturas com ação relevante nos domínios da atividade empresarial, da qualificação profissional, da inovação e empreendedorismo, da intervenção do Município nas várias áreas com relevo para a formação das condições de vida dos jovens e a construção das suas oportunidades de vida.

A estratégia de abordagem combinou o recurso a três instrumentos principais:

- 1) realização de entrevistas individuais e de grupo a jovens e outros atores locais com relevo nas áreas referidas;
- 2) participação e observação direta em eventos e iniciativas, com destaque para a Semana Municipal da Juventude, a Sessão Piloto da Assembleia Municipal Jovem, as sessões do Conselho Municipal da Juventude e realizações várias de organizações juvenis;
- 3) diálogo direto e colaborativo com organizações juvenis e representantes da Câmara Municipal em sessões de trabalho dedicadas ao PMJ-CB, no âmbito do Conselho Municipal da Juventude e de outras iniciativas organizadas para o efeito. Ao longo de todo o percurso, incluindo os procedimentos relativos às fases 1 e 2 acima descritas, a equipa da UC manteve um diálogo colaborativo permanente com a Câmara Municipal.

PRINCÍPIOS ORIENTADORES DO DIAGNÓSTICO

- Suportar a preparação do PMJ num rigoroso **diagnóstico** demográfico, socioeconómico e sociocultural das condições de vida e dos fatores que enquadram a formação das oportunidades de vida dos jovens no contexto do concelho.
- Perspetivar a juventude como uma **categoria social heterogénea e plural**, que integra jovens com características, modos de inserção social e aspirações diversas.
- **Auscultar os jovens** do concelho e promover a sua **participação ativa** na preparação do PMJ-CB e na definição das metas de política pública para a juventude.
- Estabelecer um equilíbrio criterioso entre, de um lado, as **necessidades e os problemas específicos** dos jovens do Município e, do outro, os **desafios emergentes** mais amplos, gerados pelas transformações em curso às escalas nacional e global.
- Conceber os problemas e desafios da juventude do concelho, assim como as políticas públicas focadas nela, numa **perspetiva multissetorial e integrada**, colocando em diálogo as diversas áreas que convergem na formação das condições e oportunidades de vida dos jovens.

3. OS PLANOS MUNICIPAIS DA JUVENTUDE E AS ORIENTAÇÕES PARA AS POLÍTICAS LOCAIS DE JUVENTUDE

A figura dos Planos Municipais da Juventude (PMJ) surge em Portugal na primeira década do século XXI, em articulação com um conjunto mais amplo de medidas e orientações de política pública que dão expressão ao crescente reconhecimento de que a juventude enfrenta problemas específicos, que justificam políticas dedicadas e intersectoriais. É um reconhecimento em que Portugal acompanha uma tendência mais ampla, alinhando-se com recomendações emanadas das instituições da União Europeia e do Conselho da Europa. Essas recomendações aparecem especialmente sinalizadas na *Carta Europeia sobre a Participação dos Jovens na Vida Local e Regional* (Conselho da Europa, 2015), na *Estratégia da União Europeia para a Juventude 2010-2018 e 2019-2027* (Conselho da União Europeia, 2018; Comissão Europeia, 2025) e no *Livro Branco da União Europeia: um novo impulso à Juventude* (Comissão das Comunidades Europeias, 2011).

Entre as figuras institucionais e normativas que marcam esse processo, destacam-se, ainda no século XX, a criação do Instituto Português da Juventude (mais tarde reformulado como IPDJ - Instituto Português do Desporto e Juventude), do CNJ - Conselho Nacional de Juventude e da FNAJ – Federação Nacional das Associações Juvenis. Já no século XXI, momentos marcantes são as leis que estabelecem o estatuto jurídico do CNJ (2006), o regime jurídico do associativismo jovem (2006, alterada em 2019) e o regime jurídico dos Conselhos Municipais da Juventude (2009, revisto em 2012); o Decreto-Lei que altera e atualiza o Conselho Consultivo da Juventude (2015, revê Decreto-Lei de 1996) e as Resoluções que instituem os Planos Nacionais para a Juventude (1º Plano de 2018, 2º Plano de 2022). Outras iniciativas relevantes no

processo de promoção da cidadania ativa dos jovens são o programa Parlamento dos Jovens (promovido pela Assembleia da República, oficializado em 2006 e com antecedentes desde 1995), o lançamento da *Agenda Nacional da Juventude* (IPDJ, 2025) e a *Declaração de Braga sobre Políticas Autárquicas de Juventude* (FNAJ, 2012).

É neste contexto de reconhecimento da necessidade de se definirem políticas intersectoriais dedicadas especificamente à juventude, que permitam enfrentar com maior critério e mais eficácia os problemas que afetam as populações juvenis e que promovam uma maior participação política e cívica dos jovens, que a figura dos PMJs emerge e ganha importância. Embora os PMJs não estejam diretamente instituídos e normativamente regulamentados por um documento legislativo específico, eles surgem como instrumentos de política pública recomendados pelos principais referenciais das políticas públicas para a juventude, tanto à escala nacional, como europeia. E permeiam a produção legislativa e normativa mais recente sobre políticas de juventude em Portugal.

Há três documentos em particular que enquadram os PMJs (ou figuras equivalentes noutros países) como instrumentos privilegiados para o desenho e implementação de políticas públicas para a juventude: a *Carta Europeia sobre a Participação dos Jovens na Vida Local e Regional* (Conselho da Europa, 2015), a *Declaração de Braga sobre Políticas Autárquicas de Juventude* (FNAJ, 2012) e o *Plano Nacional de Políticas Locais de Juventude* (FNAJ, 2019). Esses documentos sintetizam também os princípios orientadores que devem guiar a sua elaboração e implementação, razão pela qual constituíram suportes fundamentais deste estudo.

Esses referenciais salientam dois aspetos essenciais: por um lado, o papel estratégico da administração local e regional na definição e operacionalização de políticas de juventude, já que podem promover uma governação mais próxima dos jovens e mais ajustada às suas reais necessidades, condições de existência e projetos de vida, que se constroem nos contextos territoriais em que se inserem; por outro lado, a importância de envolver ativamente os jovens nos processos de planeamento, decisão e implementação das políticas públicas a eles dirigidas.

A *Carta Europeia sobre a Participação dos Jovens na Vida Local e Regional* (Conselho da Europa, 2015) enuncia um conjunto de princípios fundamentais, que devem guiar as políticas de juventude:

- assunção da juventude como prioridade estratégica dos governos locais;
- participação ativa dos jovens em todas as fases da produção das políticas públicas, desde o diagnóstico até à monitorização e avaliação das medidas;
- desenvolver políticas de carácter intersectorial;
- basear as políticas em evidências concretas, resultantes de diagnósticos rigorosos do contexto local (Oliveira, 2025).

A *Carta* enfatiza especialmente a importância de as políticas para a juventude se suportarem num conjunto de valores essenciais Oliveira, 2025).:

- o direito dos jovens a participar ativamente na formulação e implementação das políticas;
- a preservação da liberdade de escolha e de envolvimento nas estruturas participativas de planeamento e decisão;
- a não discriminação e o respeito pela diversidade cultural;
- a proteção dos direitos fundamentais dos jovens enquanto cidadãos e cidadãs da comunidade;
- os princípios da parceria e da responsabilidade partilhada entre jovens e autoridades (

É também nestes princípios e valores que o *Plano Nacional de Políticas Locais de Juventude* da FNAJ (2019) – um documento de referência para a conceção e operacionalização dos PMJs em Portugal – faz assentar a sua conceção e as suas orientações para a definição de políticas locais para a juventude e para a elaboração e implementação de PMJs.

4. BENCHMARKING DE PLANOS MUNICIPAIS DA JUVENTUDE À LUZ DOS PLANOS NACIONAIS

Como referimos atrás, a construção de políticas locais de juventude em Portugal tem vindo a ganhar coerência e ambição com o reforço do quadro estratégico nacional. O *Plano Nacional de Políticas Locais de Juventude* (PNPLV) da FNAJ (2019) surge como um referencial para os municípios, promovendo uma cultura de planeamento integrada, participativa e orientada para resultados. À luz deste plano, e dos vários referenciais identificados no capítulo anterior, a análise dos PMJs de alguns Municípios que avançaram precocemente nesse domínio, como Évora, Guimarães, Maia, Porto e Vila Nova de Gaia, permite identificar boas práticas e modelos inspiradores, úteis para a conceção do PMJ-CB.

O PNPLJ defende a territorialização das políticas de juventude com base em princípios de participação, inclusão, sustentabilidade, coesão intergeracional e articulação institucional. Este alinhamento está patente nos cinco planos analisados, embora com diferentes graus de maturidade e operacionalização.

A participação jovem surge como traço transversal. Municípios como Guimarães e Maia destacam-se por metodologias inovadoras: a constituição de bolsas de facilitadores jovens, o uso sistemático de educação não formal e a realização de auscultações amplas e regulares. Estas metodologias estão em consonância com o PNPLJ, que preconiza o envolvimento dos jovens em todas as fases da política pública — diagnóstico, conceção, implementação, monitorização e avaliação.

No domínio da estrutura estratégica, todos os PMJs apresentam eixos temáticos multidimensionais, com incidência nas áreas recomendadas pelo PNPLJ, assim como na *Carta Europeia sobre a Participação dos Jovens na Vida Local e Regional* (Conselho da

Europa, 2015), na qual se inspira: educação e formação, emprego e empreendedorismo, participação cívica, saúde e bem-estar, cultura, mobilidade, habitação e sustentabilidade ambiental. A Maia, por exemplo, apresenta 15 eixos estratégicos, traduzidos em objetivos e medidas que se desdobram nos seus planos anuais de atividades. O Porto, com uma abordagem mais institucionalizada (PMJ 2.0), reforça a necessidade de coordenação interdepartamental e de articulação com a rede de parceiros locais, respondendo ao apelo nacional de transversalidade.

O desenvolvimento de diagnósticos participativos está também bem alinhado com o PNPLJ. Em Évora e Guimarães, a produção de conhecimento sobre os jovens locais, através de inquéritos, *fora* e trabalho de campo, permitiu desenhar planos realistas e ancorados em dados. Vila Nova de Gaia, por sua vez, promoveu um ciclo de diálogo estruturado — o "Mais Voz à Juventude" — que se assume como uma boa prática nacional, replicável em outros contextos, como Castelo Branco, por exemplo.

A dimensão da monitorização e avaliação, ainda incipiente em alguns planos, ganha destaque no Porto e na Maia, com a criação de estruturas técnicas e políticas dedicadas ao acompanhamento da execução. Esta é uma das fragilidades identificadas no panorama nacional que o PNPLJ procura corrigir, apelando a sistemas de avaliação mais robustos, com indicadores e metas mensuráveis.

Em termos de envolvimento institucional e articulação em rede, todos os municípios destacam a importância das parcerias com escolas, universidades, associações juvenis, IPDJ, entre outros. Guimarães e Évora, por exemplo, valorizam a co-construção com as associações locais, enquanto o Porto destaca a importância da colaboração interdepartamental dentro da própria Câmara Municipal — uma prática alinhada com o princípio da integração setorial defendido no PNPLJ.

O *benchmarking* internacional, em particular no espaço europeu, mostra que os modelos mais eficazes de políticas locais de juventude partilham princípios semelhantes aos promovidos pelo PMPLJ em Portugal.

Países como a Finlândia, a Alemanha ou a Noruega têm apostado fortemente na descentralização das políticas públicas, promovendo a autonomia dos municípios para

desenvolverem estratégias locais com forte ênfase na participação cívica e na educação não formal. A cidade de Tampere (Finlândia), por exemplo, instituiu um Parlamento Jovem com poder consultivo direto sobre o orçamento municipal em áreas como cultura e desporto, o que fortalece a apropriação democrática das políticas juvenis.

Na Alemanha, destaca-se o modelo dos *Jugendhilfeplanungen* (Planos de Apoio à Juventude), integrados nos serviços sociais municipais, com base legal sólida e obrigatoriedade de participação jovem e interinstitucionalidade.

Já em cidades como Amesterdão (Países Baixos) e Barcelona (Espanha), observam-se estruturas de planeamento que combinam metodologias participativas com inovação digital, através de plataformas colaborativas online para recolha contínua de contributos juvenis. Estas práticas mostram que o sucesso dos planos municipais reside tanto na qualidade do desenho técnico como na consistência dos mecanismos de acompanhamento, avaliação e reconfiguração das políticas em tempo real.

Castelo Branco poderá beneficiar destas referências internacionais ao adotar um **modelo híbrido**: centrado no território e nas suas especificidades, mas atento às tendências europeias em termos de juventude, como o **reforço da literacia democrática**, o investimento em **competências para a transição digital e verde**, e o reconhecimento formal da **educação não formal** como eixo estratégico de capacitação. Esta inspiração externa pode ajudar a posicionar o PMJ-CB não só como instrumento de planeamento local, mas como contributo para uma juventude globalmente conectada e preparada.

Com base na convergência entre o PNPLJ e as práticas locais e internacionais analisadas, alinha-se em seguida um conjunto de **diretrizes** que entendemos que devem estruturar a elaboração do PMJ-CB.

- i. Apropriação do quadro nacional: usar o PNPLJ como referência para a estruturação do plano, assegurando coerência com os princípios e eixos estratégicos nacionais.
- ii. **Diagnóstico colaborativo**: promover um levantamento participativo das realidades juvenis do concelho, com recurso a instrumentos de consulta e

diálogo, como inquéritos, entrevistas individuais e coletivas, sessões de escuta, garantindo representatividade territorial e temática.

- iii. **Participação jovem estruturada:** criar mecanismos formais e informais de envolvimento juvenil, como Conselhos de Juventude ativos, bolsas de facilitadores ou fóruns municipais periódicos.
- iv. **Eixos estratégicos adaptados ao território:** definir áreas prioritárias com base no diagnóstico local, alinhadas com as dimensões do PNPLJ (educação, emprego, saúde, ambiente, cultura, etc.).
- v. **Plano de ação** com indicadores e calendário: integrar medidas concretas com metas temporais, indicadores de sucesso e orçamentos estimados, se não na primeira versão do PMJ-CB, em versões revistas e atualizadas periodicamente (anualmente ou de dois em dois anos).
- vi. **Modelo de avaliação e revisão:** criar um sistema de monitorização contínuo, com relatórios públicos, momentos de revisão participativa e integração da perspetiva dos jovens na avaliação.
- vii. **Governança partilhada e em rede:** mobilizar atores institucionais locais (escolas, IPSS, associações, universidades, serviços municipais), promovendo uma lógica de governança colaborativa.

Ao integrar os princípios do PNPLJ e aprender reflexiva e criticamente com as experiências dos municípios analisados, Castelo Branco pode construir um PMJ inovador, enraizado na realidade local, orientado por evidência e capaz de afirmar o concelho como território de oportunidades, inclusão e liderança jovem.

O enraizamento do plano na realidade local deve salvaguardar o necessário enfoque na **diversidade das juventudes**. Embora alguns PMJs abordem a juventude como uma categoria homogénea, é essencial reconhecer a pluralidade de experiências juvenis. O PMJ-CB deve considerar os chamados jovens NEET (*not in education, employment or training* - sem emprego, sem educação ou sem formação – também conhecidos como jovens Nem-Nem). Designadamente os jovens em contextos rurais e urbanos; os jovens migrantes ou com *background* multicultural; os jovens com deficiência ou em situação

de vulnerabilidade social. Nesta perspetiva é recomendável que se preconizem medidas específicas para subgrupos juvenis, reforçando a equidade e a inclusão.

Deve, igualmente, enquadrar-se na **transição verde e digital** como eixos emergentes que contextualizam as preocupações dos jovens. A nível europeu, as políticas de juventude estão cada vez mais alinhadas com o *Pacto Ecológico Europeu* e com a *Década Digital da UE*. Esse alinhamento tem vindo a traduzir-se em apoios a projetos de empreendedorismo verde e tecnológico; competências digitais e literacia climática; mobilidade sustentável (transporte acessível e ecológico); promoção da cidadania ambiental entre os jovens. Neste domínio, é curial que o PMJ-CB inclua ações orientadas para a dupla transição (digital e ecológica), preparando os jovens para os novos desafios económicos e sociais.

A conexão à realidade local obriga também a enfrentar a questão do financiamento e da sustentabilidade do plano. Muitos planos falham ou ficam diminuídos na sua execução por falta de previsão orçamental. O PNPLJ defende o uso de fundos estruturais, programas europeus (Erasmus+, Corpo Europeu de Solidariedade) e orçamentos participativos jovens. Nesta ótica, é adequado que a elaboração do PMJ se faça acompanhar de um planeamento do financiamento e dos recursos necessários, identificando fontes (municipais, nacionais, europeias) de receitas e estratégias de captação de fundos.

Finalmente, num contexto como o de Castelo Branco, crescentemente caracterizado pela presença de jovens oriundos de outras paragens, é judicioso que o plano possa valorizar a **educação não formal**. Como recomenda o Conselho da Europa, a educação não formal deve ser reconhecida e articulada com o sistema educativo formal e profissional. Esta pode incluir: programas de voluntariado; oficinas de competências pessoais e sociais; reconhecimento de *soft skills* para empregabilidade; certificação de competências adquiridas informalmente. Neste âmbito, deve apontar-se para o estabelecimento de parcerias com escolas, associações e universidades para integrar percursos de aprendizagem informal nos currículos e portfólios juvenis.

DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DO PMJ-CB INSPIRADAS NAS BOAS PRÁTICAS ANALISADAS

- **Modelo híbrido:** plano centrado no território e nas suas especificidades, mas atento às tendências europeias em termos de juventude, como o reforço da literacia democrática, o investimento em competências para a transição digital e verde e o reconhecimento formal da educação não formal como eixo estratégico de capacitação.
- **Apropriação do Quadro Nacional definido pela FNAJ:** usar o PNPLJ como referência para a estruturação do plano, em diálogo com a *Carta Europeia Revista sobre a Participação dos Jovens na Vida Local e Regional*.
- **Diagnóstico participativo:** promover um levantamento participativo das realidades juvenis do concelho, com recurso a entrevistas, sessões de escuta e diálogo, garantindo representatividade territorial e temática.
- **Participação jovem estruturada:** criar mecanismos formais e informais de envolvimento juvenil nas políticas de juventude, como Conselhos de Juventude ativos, Bolsas de Facilitadores ou Fóruns Municipais periódicos.
- **Plano de ação:** tomar como meta de médio prazo a definição de planos de ação anuais, com medidas concretas, indicadores e calendário de realização.
- **Monitorização e avaliação:** criar um sistema de monitorização da execução do plano, com relatórios públicos, momentos de revisão participativa e integração da perspetiva dos jovens na avaliação.
- **Governança partilhada e em rede:** mobilizar atores institucionais locais (escolas, IPSS, associações, universidades, serviços municipais), promovendo uma lógica de governação colaborativa.
- **Inclusão da diversidade:** salvaguardar o enfoque na diversidade dos jovens, que não devem ser tomados como uma categoria homogénea; justificam especial atenção diferenciadora alguns subgrupos: jovens Nem-Nem (sem emprego, sem educação ou formação), jovens migrantes ou com *background* multicultural, jovens com deficiência, necessidades especiais ou em situação de vulnerabilidade social.

- **Transversalidade:** articulação intersetorial com outros planos de ação do Município e do concelho, orientados para áreas que se cruzam com as questões juvenis.

- **Transição verde e digital:** integração destes vetores como dimensões emergentes que contextualizam as preocupações dos jovens, procurando alinhamento com o *Pacto Ecológico Europeu* e a *Década Digital da UE*.

5. DIAGNÓSTICO DAS CONDIÇÕES LOCAIS: POTENCIALIDADES, DIMENSÕES CRÍTICAS E CONSTRANGIMENTOS

Na segunda fase do trabalho, como referido, procedeu-se à elaboração de um diagnóstico das condições contextuais que enquadram as necessidades, os problemas e as oportunidades de vida dos jovens do concelho, perspectivadas numa ótica temporal de médio prazo. Pretendeu-se que esse diagnóstico fosse capaz de identificar as principais dinâmicas e tendências em curso em domínios cruciais para os projetos de vida dos jovens - como a demografia, a educação e formação, a atividade económica, o emprego, a saúde, a vida familiar, a mobilidade, a cultura, o desporto, o lazer, o associativismo, as condições materiais de vida.

Esse diagnóstico assentou num trabalho extensivo de levantamento e análise de informação estatística e documental, articulando a produção de informação original com o diálogo com outros estudos e diagnósticos centrados na realidade do concelho, com particular atenção aos desenvolvidos no quadro dos planos setoriais de ação do Município.

O diagnóstico percorreu dimensões essenciais das recentes dinâmicas demográficas, socioeconómicas e culturais do concelho, tendo em vista mapear tendências e identificar as principais questões críticas que enquadram estruturalmente a formação das condições e das oportunidades de vida dos jovens.

Do elenco das questões críticas identificadas, destaca-se um conjunto de aspetos estruturais que podem organizar-se em 3 grandes domínios, que identificam outros tantos desafios que o PMJ-CB deve encarar como eixos estratégicos de intervenção.

O primeiro aspeto crítico desenha-se no **cruzamento entre os planos demográfico e territorial**. O concelho enfrenta uma tendência demográfica regressiva, marcada por envelhecimento, baixa taxa de natalidade e redução gradual do número de jovens residentes, sinalizando dificuldades de fixação da população juvenil.

Os dados do Instituto Nacional de Estatística confirmam uma tendência de decréscimo da população residente no concelho: entre 2011 e 2021 verificou-se uma redução de 56.050 para 52.272 residentes, que dá continuidade a um declínio vindo já de trás (Portal do INE: ine.pt).

Esta tendência de quebra populacional está associada a diversos fatores: envelhecimento progressivo da população, baixa taxa de natalidade, redução do número de jovens e migração da população ativa para outras regiões. Os dados mais recentes mostram que a população jovem (15-29 anos) vem registando uma redução acentuada: de 8.555 jovens em 2011, passou para 7.165 em 2022.

Esta redução reflete-se noutros indicadores demográficos. A percentagem da população ativa no concelho vem também decrescendo (de 63,5% em 2011 para 60,1% em 2021) (Portal PORDATA: pordata.pt). Por seu turno, o índice de dependência jovem baixou no mesmo período de 20,3 para 19,3 e o índice de renovação da população caiu de 81,2 em 2011 para 64,7 em 2023 (Portal INE: ine.pt)

Ao lado da tendência de envelhecimento que o concelho partilha com muitas outras regiões do país, esta conjugação de indicadores aponta para um fenómeno que o PMJ-CB deve procurar enfrentar de forma decidida: a tendência de saída do concelho de uma parte dos jovens e dos jovens adultos, que migram para outros territórios em busca de oportunidades de educação superior, de emprego e de melhores condições de vida.¹

Estas tendências têm expressão desigual no território concelhio, desenhando uma assimetria forte entre as freguesias mais urbanas (Castelo Branco e Alcains) e as

¹ Para uma descrição mais detalhada destes indicadores e destas tendências, cf. Oliveira (2025). Este trabalho é a dissertação de mestrado em Sociologia (Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra) realizada por Suzy Oliveira, membro da equipa de investigação da UC responsável por este estudo de diagnóstico e pelo presente Relatório, e orientada por Claudino Ferreira, coordenador da equipa UC. A dissertação de mestrado foi realizada em articulação com o presente estudo e constitui documento anexo ao Relatório, como um dos seus produtos. Ao longo do Relatório, utiliza-se informação e análises que foram desenvolvidas pela autora conjuntamente para o estudo de diagnóstico e para a dissertação de mestrado.

freguesias mais rurais e distantes da cidade, onde a quebra demográfica e a retração da população jovem, nalguns casos sinalizadoras de tendência para desertificação, acompanham outras expressões dos desequilíbrios territoriais - nomeadamente nos planos da dinâmica económica, das oportunidades de emprego e iniciativa empresarial, do acesso a serviços públicos e privados, dos equipamentos de educação, saúde, cultura, desporto, lazer.

Sendo um dos concelhos mais extensos do país, as dinâmicas evolutivas do seu território geraram processos de desequilíbrio entre os centros urbanos mais densos do ponto de vista populacional e funcional e as áreas mais rurais, que revelam traços de perifericidade, desde logo em termos de acessibilidade, considerando por exemplo a rede de transportes públicos. Estes problemas de mobilidade no interior do concelho prolongam-se na distribuição desigual de recursos (serviços, equipamentos, atividade económica, oportunidades de emprego), constituindo um constrangimento relevante para a formação dos projetos de vida dos jovens e, consequentemente, a sua fixação.

A mitigação destas tendências exige estratégias de política pública que abordem de forma conjugada os dois aspetos (demografia e organização do território), priorizando linhas de atuação que promovam a **acessibilidade** dos jovens a serviços e recursos essenciais, independentemente do seu lugar de residência; a **mobilidade no interior do concelho**; o estímulo a **iniciativas de empreendedorismo económico deslocadas** dos polos urbanos mais aglutinadores; a dinamização de **projetos descentralizados no campo da formação e da educação não formal**.

Exige igualmente uma forte integração entre o PMJ-CB, o Plano Diretor Municipal e os outros planos de ação setoriais. A tipificação da dinâmica socioeconómica e demográfica do concelho em 4 grupos distintos de freguesias, proposta pela Augusto Mateus & Associados na *Estratégia de Desenvolvimento de Castelo Branco* (2015), constitui uma boa base para o planeamento das ações a desenvolver neste domínio, de forma territorialmente integrada.

Como também assinalam Augusto Mateus & Associados (2015), a questão territorial não se coloca apenas ao nível da coesão interna do Município. Ela deve ser encarada pelo

PMJ-CB numa perspetiva mais ampla, considerando o lugar do concelho no contexto regional mais vasto, nomeadamente na Beira Baixa e na Beira Interior.

Nesse contexto regional, a cidade de Castelo Branco constitui uma centralidade relevante nos planos económico, cultural e administrativo, que deve ser tomada como força e recurso estratégico nas políticas orientadas para a juventude, preconizando uma mais forte conexão e colaboração com as áreas vizinhas em domínios como a empregabilidade, a iniciativa empresarial, a educação e a formação.

O segundo aspeto crítico esboça-se na **articulação entre a dinâmica do tecido económico local e a esfera da educação e formação.**

Tanto os dados originais trabalhados neste diagnóstico, como os vários relatórios compulsados, dão conta de limitações da oferta local de emprego, com particular expressão nas áreas profissionais de maior qualificação, aquelas que melhor correspondem às aspirações de população juvenil, que se tem vindo a tornar gradualmente mais qualificada.

Em linha com o que se referiu acima, o concelho de Castelo Branco é o principal polo de desenvolvimento económico da sub-região da Beira Interior. Nele se concentra a maior parte do tecido empresarial da zona - e a mais dinâmica. A estrutura produtiva do concelho mostra uma tendência de especialização no setor terciário, em particular no comércio por grosso e a retalho e nos serviços (Oliveira, 2025).

Os dados oficiais registam, para 2022, um total de 6.131 empresas ativas. São maioritariamente microempresas e as áreas de atividade com maior expressão são o Comércio por Grosso e a Retalho e a Reparação de Veículos Automóveis e Motociclos, as Atividades Administrativas e dos Serviços de Apoio e a Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca (Oliveira, 2025; Portal do INE: ine.pt).

Mas há outros setores que vêm mostrando dinamismo empreendedor e capacidade de inovação e que, como indicam Augusto Mateus & Associados (2015), têm potencial não apenas para gerar dinâmicas de desenvolvimento económico no concelho e na região envolvente, mas também para criar de forma sustentada oportunidades de emprego

qualificado para os jovens locais.

Os dados disponíveis para a região da Beira Baixa mostram por outro lado tendências complexas e contraditórias em relação ao emprego - e ao emprego jovem em particular. Por um lado, observa-se uma tendência de redução gradual do desemprego jovem na região: de 2009 para 2022, a taxa de desemprego no grupo etário 25-34 anos passou de 8,0% para 6,3%. Por outro lado, registou-se no mesmo período uma forte redução da população jovem residente, como vimos atrás, e uma redução da população ativa da ordem dos 60% (Oliveira, 2025; Portal do INE: ine.pt).

Neste quadro, o Município tem vindo a ativar uma série de estratégias que procuram contrariar estas tendências, apoiando o **empreendedorismo juvenil** e tentando **incentivar a fixação dos jovens**, em particular através de **colaborações** com o Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB). Destacam-se iniciativas como a Fábrica do Jovem Empreendedor, a Fábrica da Criatividade, a I9 Factory. São projetos que apontam para linhas de intervenção que o PMJ-CB deve incorporar e aprofundar, procurando apontar caminhos para o desenvolvimento de **parcerias** entre o Município, as empresas e o sistema de ensino, com ênfase nos estabelecimentos de ensino superior.

O **sistema de ensino e formação** é, na verdade, um elemento chave no combate a estes condicionalismos do tecido económico e do mercado de trabalho locais, seja para preparar uma população juvenil dinâmica e com iniciativa empreendedora e criativa, seja para promover uma oferta de competências especializadas que atraia iniciativas empresariais em áreas de inovação e forte competitividade económica.

Um dos desafios que se colocam ao Município neste plano é o de fomentar a **cooperação em rede** entre os organismos municipais, as instituições locais de ensino, o Instituto de Emprego e Formação Profissional e os agentes do tecido empresarial, tendo em vista o desenvolvimento de estratégias que promovam, a partir da ação formativa, a atratividade económica do território e a criação de novas oportunidades de emprego para jovens.

O PMJ-CB constitui uma oportunidade valiosa para formalizar uma rede de cooperação que sinalize caminhos para articular oferta formativa e estímulo à iniciativa económica - seja aproveitando a tradição concelhia em setores como a agricultura, as indústrias agroflorestal, agroalimentar, têxtil, automóvel, mecânica e eletrónica; seja em áreas emergentes, associadas às economias verde e digital; seja ainda na valorização dos recursos naturais e culturais da região em iniciativas de pequena dimensão no setor cultural e criativo e no turismo criativo.

O Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB) constitui aqui um parceiro estratégico de enorme relevância, não apenas pela sua capacidade de proporcionar formação superior, mas também, como tem vindo a mostrar nos últimos anos, pela sua capacidade de gerar diálogos produtivos entre a academia, o tecido empresarial e o Município. Também a rede de escolas do ensino básico e secundário e algumas das associações locais revelam potencial para dar corpo a um programa formativo de teor colaborativo amplo e ajustado às características do concelho e às aspirações e necessidades dos jovens munícipes.

A **aposta na educação e formação não formal** é um vetor estratégico. Tem não apenas o potencial de favorecer o desenvolvimento de competências de teor profissionalizante e diretamente vinculadas a projetos de empreendedorismo e empregabilidade local, mas também de contribuir para combater os problemas de retenção e abandono escolar, sobretudo no ensino básico, e de saída precoce do ensino secundário. Como mostra a *Carta Educativa de Castelo Branco* (CMCB, 2007 e 2016), esses problemas afetam especialmente os jovens das freguesias mais rurais e em situação de vulnerabilidade.

A educação não formal constitui uma estratégia relevante de promoção da inserção social e económica desses jovens. Adicionalmente, pode ser um instrumento valioso na formação de competências práticas em áreas emergentes e de inovação, assim como no setor cultural e criativo. Deste ponto de vista, é central que o PMJ-CB tome como meta estratégica o desígnio de fomentar o incremento da oferta de educação não formal e do seu reconhecimento oficial.

O terceiro aspeto crítico diz respeito, finalmente, **aos problemas de vulnerabilidade e de inclusão socioeconómica, sociocultural, cívica e política que afetam franjas específicas da população juvenil.**

Apesar de apresentar nos últimos 30 uma evolução positiva em índices que avaliam qualidade de vida e desenvolvimento socioeconómico, como o PIB per capita, o índice de coesão ou o salário médio, que se vêm aproximando das médias nacionais, persistem no concelho segmentos da população juvenil que enfrentam situações de pobreza, vulnerabilidade socioeconómica, desemprego, défices de qualificação escolar.

O *Diagnóstico Social de Castelo Branco* (CMCB; Rede Social do Concelho de Castelo Branco, 2022) mostra que a estes problemas se soma a condição de fragilidade de jovens com deficiência, com necessidades especiais e com dificuldades de acesso a serviços de saúde mental e apoio psicológico, que afetam especialmente os mais vulneráveis económica e socialmente.

Finalmente, nos últimos anos a **população estrangeira** residente no concelho tem vindo a crescer. Entre 2011 e 2021, os residentes estrangeiros aumentaram de forma muito acentuada, de 1.191 para 2.597, incluindo migrantes convencionais e refugiados. É um fenómeno que compensa e reequilibra parcialmente as tendências de regressão demográfica descritas atrás, mas suscita problemas de outra ordem.

Esta transformação na composição da população residente constitui de facto um desafio de monta para o Município, justificando que seja encarada pelo PMJ-CB como uma questão estratégica. Apesar de o conhecimento disponível sobre as características e as condições de inserção social deste contingente de população migrante e refugiada ser pouco extenso e consistente, há indícios fortes de que uma parte vive em situação de vulnerabilidade e enfrenta dificuldades de integração social, nomeadamente nos planos educativo, sociocultural e de emprego.

Estudos anteriores, como os realizados no âmbito do *Diagnóstico Social de Castelo Branco* e do *Plano Municipal para a Igualdade e a Não Discriminação* (CMCB & Rede Social do Concelho de Castelo Branco, 2022; CMCB, 2023), apontam problemas dessa natureza. A pesquisa realizada no terreno, em particular junto das escolas e das

associações de desenvolvimento social, confirma e reforça essa percepção. São problemas de integração que afetam especialmente os jovens e as crianças, constituindo fatores especialmente limitativos da formação das suas oportunidades de vida e com forte potencial de acentuar processos de exclusão social.

Esses problemas têm expressão em vários aspetos da vida dos jovens migrantes e refugiados, como o menor acesso a oportunidades de formação e emprego, dificuldades de alcançar sucesso escolar, frágil domínio da língua portuguesa, riscos de discriminação, fraca integração sociocultural ou mesmo tendência para a exclusão social. Muitos destes condicionalismos afetam igualmente jovens de minorias étnicas, com saliência para os jovens da comunidade cigana, que carecem igualmente de ser considerados nas suas especificidades.

Embora constituam pequenas minorias no contexto global da comunidade albicastrense, os problemas e as necessidades específicas destes grupos de jovens devem ser assumidos como preocupações centrais do PMJ-CB. Do ponto de vista das diretrizes orientadoras do plano, isso significa duas coisas complementares.

Por um lado, o plano deve preconizar um conjunto de linhas de ação que, sem perder de vista um ideal de cidadania juvenil universal e igualitário, **integre a diversidade que caracteriza a juventude** como um princípio estruturante de todas as linhas de ação, concedendo particular **atenção às situações dos jovens mais vulneráveis e fragilizados** e assumindo a **inclusão social** como meta prioritária.

Por outro lado, o plano deve procurar pôr em prática estratégias que **combatam a discriminação e a exclusão cívica e política desses jovens**, preconizando medidas para os integrar plenamente nos processos participativos e na construção partilhada de políticas dirigidas à juventude.

Em ambas as dimensões, o **diálogo colaborativo** entre o PMJ-CB, a Rede Social de Castelo Branco / Conselho Local de Ação Social e o conjunto de organizações que nela convergem afigura-se fundamental. Além disso, o PMJ-CB deve integrar as orientações e metas definidas pelo *Plano Municipal para a Igualdade e a Não Discriminação* (CMCB, 2023).

Também a colaboração com associações culturais e desportivas, que têm uma elevada capacidade de trabalhar em proximidade com os jovens e as suas famílias e de, por essa via, promover a sua **inclusão através do envolvimento em atividades culturais, criativas e desportivas**, deve ser assumida como um vetor estruturante das ações a desenvolver.

FORÇAS E POTENCIALIDADES DO CONCELHO

- Centralidade da cidade de Castelo Branco no contexto regional e potencialidades como polo urbano atrativo e dinamizador de desenvolvimento regional, inovação e cooperação interconcelhia
- Património natural e paisagem com elevado valor patrimonial e ambiental
- Riqueza de património e tradições culturais
- Proximidade a Espanha
- Riqueza e dinâmica do tecido associativo nos setores cultural e criativo, desportivo e recreativo e social
- Ambiente de segurança e proximidade relacional
- IPCB como âncora de conhecimento, formação, inovação e articulação com tecido empresarial
- Equipamentos e iniciativas municipais orientadas para a juventude
- Existência de planos municipais setoriais com relevo para as medidas de política pública para a juventude, com elevado potencial de facilitar articulações multissetoriais
- Histórico de colaboração do Município com entidades parceiras e organizações associativas da sociedade civil, que podem potenciar desenvolvimento de estratégias de atuação em rede em torno dos problemas e desafios da juventude.

DIMENSÕES CRÍTICAS E CONSTRANGIMENTOS

- Território descentrado e distância aos centros de decisão e dinâmica socioeconómica, cultural e política
- Retração populacional, envelhecimento e dificuldades de retenção de jovens em fase de transição para vida adulta
- Desequilíbrios territoriais intraconcelhios
- Franjas da população juvenil em condição de vulnerabilidade e com dificuldades de integração social
- Abandono escolar entre franjas mais vulneráveis da população juvenil
- Oferta formativa superior com escolhas limitadas
- Mercado de trabalho limitado, sobretudo para profissões muito qualificadas
- Dificuldades de acesso a habitação a preços comportáveis
- Défice de ação e meios no enfrentamento dos problemas de saúde mental
- Fraca articulação com regiões vizinhas nos planos económico, cultural e governativo
- Défice de participação associativa, cívica e social dos jovens
- Distância dos jovens aos órgãos e procedimentos da administração municipal
- Défice de comunicação entre o Município e os jovens locais

6. O CONCELHO E A SITUAÇÃO DA JUVENTUDE VISTA A PARTIR DO TERRENO: A VOZ DOS ATORES LOCAIS

Como se referiu, a terceira fase do trabalho foi a mais importante no diagnóstico e no processo de preparação das linhas mestras que deveriam guiar a elaboração do PMJ-CB. Em linha com as orientações sintetizadas nas secções iniciais deste Relatório, pretendeu-se que o PMJ-CB se apoiasse numa auscultação atenta, cuidadosa e ampla dos jovens e das organizações juvenis e no seu envolvimento ativo no mapeamento dos seus próprios problemas, necessidades e aspirações, assim como no desenho das linhas de ação que o plano deverá integrar.

Além dos jovens do concelho, entendeu-se que era igualmente importante ouvir e envolver um conjunto de outros atores locais com experiência e conhecimento em domínios relevantes das temáticas juvenis no concelho.

Com esse objetivo, optou-se por uma **abordagem metodológica de raiz sociológica e de pendor qualitativo**, assente numa imersão intensa no terreno e num diálogo próximo com jovens munícipes e outros atores locais em posições estratégicas. Inspirada em metodologias de teor colaborativo, participativo e de pesquisa-ação, a abordagem combinou a realização de um extenso conjunto de entrevistas individuais e de grupo, contactos e conversas informais com diversos tipos de pessoas e organizações, participação em eventos focados na juventude e promovidos pelo Município e por organizações locais.

Ponderou-se inicialmente o recurso a outras metodologias, de cariz mais padronizado e formal, como a realização de *focus groups* ou a constituição de Painéis Delphi com observadores e consultores privilegiados. Mas a experiência inicial no terreno provou que o diálogo direto e em proximidade com os jovens e as organizações, assim como com outros interlocutores locais, era a forma mais adequada de alcançar os objetivos desejados.

Além das dificuldades em obter colaboração sistemática, ampla e diversificada com base em instrumentos muito normalizados, como os referidos acima, a experiência no terreno mostrou a vantagem de se optar por contactos mais próximos, personalizados e focados nas experiências singulares dos vários atores e organizações. Neste quadro, optou-se por privilegiar as **entrevistas** e a participação da equipa em eventos e iniciativas locais, com recurso às técnicas de **observação direta** e com a extensão do período de trabalho no terreno.

O trabalho de campo foi assumido exclusivamente pela equipa da UC, sem intervenção direta de representantes do Município, de modo a evitar constrangimentos típicos da relação direta com o poder público e a criar condições para a livre e autónoma expressão das opiniões, ideias e sensibilidades. Em todos os momentos foram cumpridos os requisitos éticos a que deve obedecer este tipo de processo, assegurando o consentimento informado de todos aqueles que aceitaram colaborar, promovendo a transparência sobre os objetivos da auscultação e sobre os fins a dar à informação e garantindo que só a informação autorizada seria partilhada publicamente ou com o Município.

As pessoas e organizações contactadas neste processo foram selecionadas em processo de bola de neve e a partir do conhecimento que se ia estabelecendo no terreno. Adotou-se uma estratégia aberta de participação, disponível para acolher, ouvir e envolver todas as pessoas que quisessem fazer-se ouvir e colaborar.

Sem perder essa flexibilidade, seguiram-se alguns critérios basilares na procura e seleção de pessoas e organizações:

- 1) pluralidade temática, de modo a abranger as diversas áreas e setores relevantes (educação e formação; atividade económica, emprego, empreendedorismo e inovação; ação social; saúde e bem-estar; desporto e lazer; cultura e atividade criativa; associativismo; participação cívica e política; políticas públicas);
- 2) máxima representatividade possível das associações juvenis;
- 3) diversidade sociocultural dos jovens e das suas condições de inserção no concelho.

Combinaram-se assim critérios de **representatividade**, importantes sobretudo no que respeita ao universo de associações juvenis, com critérios de **diversidade**, **cumulatividade** e **exaustividade**. O trabalho de terreno prolongou-se até se atingir um ponto de saturação da informação, em que já não se obtinham opiniões ou contributos novos, a somar aqueles que já se tinham conseguido.

No conjunto, foram realizadas 33 entrevistas formais, individuais e coletivas, envolvendo um total de 40 pessoas, das quais de metade jovens. Participaram no processo jovens dirigentes associativos, jovens estudantes, jovens trabalhadores, jovens de diversas idades, jovens migrantes.

Participaram também professores dos diversos níveis de ensino, diretores de agrupamentos escolares, responsáveis e técnicos de associações com trabalho relevante nos domínios da ação social, do desporto, da cultura, pessoas adultas com experiência relevante nos campos da inovação, do empreendedorismo, da iniciativa económica, pais, mães.

Entre entrevistas formais e contactos informais, foram mobilizados contributos de 28 organizações locais, incluindo escolas, IPCB, associações partidárias, juvenis, culturais, recreativas, de desenvolvimento social, empresariais, todas com experiência e trabalho relevante para a abordagem dos problemas e das oportunidades de vida dos jovens no concelho. No decurso do processo, outras pessoas e entidades com experiência e trabalho relevante para a abordagem dos problemas e das oportunidades de vida dos jovens no concelho foram ouvidas em contexto informal e as suas opiniões integradas.

LISTA DE ENTREVISTAS FORMAIS REALIZADAS

N.º entrevista	Organização / Entidade	Interlocutor/a*
1	Bloco de Esquerda (BE)	IF
2	Iniciativa Liberal	PR
3	Juventude Socialista	CM
4	Sempre	MJ
5	Juventude Social Democrática (JSD)	JN
6	Juventude Social Democrática (JSD)	JMC
7	Movimento Independente	EB
8	Partido Chega	MF
9	Agrupamento das Escolas Afonso de Paiva	LS
10	Associação Académica de Castelo Branco (AACB)	AL
11	Albigym	MR
12	AERID - Associação Educar, Reabilitar, Incluir Diferenças	AP
13	Associação Raia Aventura e Associação de Clubes de Canoagem da Região de Beira Baixa	NM
14	Associação Cultural Estudantina do Castelo Branco	FC
15	Agrupamento 624 Cebolais de Cima - CNE	VL
16	Associação Juvenil Ribeiro das Perdizes	TF
17	Alzine Associação Cultural Alcainense	JM
18	Amato Lusitano	DF
19	Amato Lusitano	DE
20	Amato Lusitano	AS

LISTA DE ENTREVISTAS FORMAIS REALIZADAS

N.º entrevista	Organização / Entidade	Interlocutor/a*
21	Amato Lusitano	T.
22	Amato Lusitano	NG
23	Amato Lusitano	S.; AB; L; P; J; M; A
24	Associação dos Estudantes do Agrupamento de Escolas Nuno Álvares - Escola Secundária Nuno Álvares	CB
25	Associação do Cluster Agro-Industrial do Centro	CD
26	Associação do Cluster Agro-Industrial do Centro	JA
27	Associação do Cluster Agro-Industrial do Centro	MD
28	IPDJ	JAA
29	Terceira Pessoa	OC
30	Terceira Pessoa	AG
31	Escola Superior de Artes Aplicadas: ESART	JFP
32	Encarregados de educação	FC; DR
33	Encarregada de educação	IM

* De modo a garantir o anonimato das pessoas que colaboraram nas entrevistas, utilizam-se siglas em vez dos nomes reais. Embora a maioria dos e das entrevistados tenha concordado, através de termo de consentimento informado, que o seu nome fosse identificado, entendemos que era mais adequado salvaguardar neste Relatório o anonimato.

A par das entrevistas, e em complemento com a observação direta e o contacto próximo com as organizações locais, concedeu-se especial importância ao diálogo estabelecido com os jovens em contextos formais da sua participação ativa na produção de política pública, como as sessões do Conselho Municipal da Juventude. A equipa de investigação participou em 3 sessões do Conselho Municipal da Juventude, onde discutiu com os jovens e as organizações juvenis representadas os princípios estruturantes do estudo de

diagnóstico e do trabalho preparatório do PMJ-CB, as metodologias e estratégias de pesquisa, os resultados parciais a que a pesquisa ia chegando, os planos para as fases seguintes. Nessas reuniões, recolhemos ideias, opiniões e sugestões, tanto a respeito do processo de pesquisa, como a respeito do caderno de encargos a que o PMJ-CB deveria corresponder. Todas elas foram consideradas e integradas no processo.

As entrevistas e os contactos foram realizados com base num guião flexível e aberto, que convidava as pessoas a falar sobre os problemas, as necessidades e as aspirações que moldam localmente as condições e oportunidades de vida dos jovens, a mapear as forças e as fraquezas do concelho no que a essas condições e oportunidades diz respeito, a identificar áreas críticas, carentes de intervenção por parte do Município, e a verbalizar as suas ideias e propostas para o PMJ-CB.

Em conformidade com a estratégia de trabalho de campo, a sistematização e análise da informação resultante também não foi guiada por preocupações de quantificação. Pretendeu-se, antes, sistematizar e cruzar conteúdos, opiniões, propostas, tendo em vista produzir um caderno de encargos e de recomendações qualificadas – a qualificação de quem vive e lida com os problemas e as aspirações juvenis – que guiassem a elaboração do PMJ-CB, privilegiando as vozes dos jovens e das associações juvenis e valorizando a pluralidade de experiências e opiniões.

O processo de envolvimento dos jovens e das associações juvenis revelou-se complexo e sensível. Confrontou-se com resistências, inércias e dificuldades de mobilização, sugestivas de hábitos de participação cívica e política incipientes e de um grau de confiança baixa nas virtudes de um envolvimento mais ativo. As dificuldades de mobilizar uma participação ampla e intensa dos jovens locais no processo de diagnóstico e preparação do CMJ-CB explicam-se por diversos fatores.

Como os próprios jovens referem nas entrevistas concedidas, há da parte de muitos deles uma perceção de que existem dificuldades de comunicação entre o Município e os jovens munícipes, que atribuem em parte aos canais de comunicação utilizados pelo Município e às formas como a comunicação é feita. Consideram-na pouca adequada e ineficaz. Essas dificuldades manifestaram-se igualmente na relação com a equipa de

investigação. Traduziram-se, em muitas circunstâncias, em inibição em falar, opinar e contribuir ativamente para o processo de diagnóstico e preparação do PMJ-CB. Também aqui podemos identificar problemas de comunicação e (des)encontros de linguagens, de referências, de entendimentos acerca dos modos mais adequados de construir diálogos com efeitos produtivos no campo das políticas públicas.

A equipa responsável pela investigação, sem iludir a distância simbólica entre os parceiros em diálogo (docentes e investigadores da universidade, Município e jovens locais) e a desigualdade de poder e autoridade que é inerente ao processo, procurou suplantar as barreiras e dificuldades reinventando estratégias no quotidiano do trabalho de terreno, prolongando a pesquisa de modo a alargar a rede de participantes e conquistar confiança e envolvendo mais ativamente a pesquisadora mais jovem da equipa, mais capaz por isso de estabelecer diálogos informais, descomplexados e produtivos com os jovens locais.

O resultado final do processo é, apesar disso, compensador e promissor. O trabalho realizado conseguir mobilizar jovens e integrar contribuições muito relevantes e pertinentes, que permitiram identificar questões críticas e desenhar propostas que não seriam imagináveis sem a colaboração ativa dos jovens. Mais importante, permitiu abrir caminhos e oportunidades para novos e mais consequentes diálogos entre o Município e os jovens munícipes.

Este é um aspeto fundamental, que deve constituir um princípio estruturante do PMJ-CB: o plano deve ser elaborado e implementado como um instrumento para não apenas orientar medidas de política pública em áreas decisivas para as condições e oportunidades de vida dos jovens albicastrenses, mas também como uma **ferramenta para alimentar o diálogo, a participação ativa e o envolvimento contínuo dos jovens na governação local** e na construção de política pública. Isso implica, também, que o PMJ-CB seja estruturado como um **plano aberto a ser periodicamente avaliado**, rediscutido e atualizado, em função quer das alterações do contexto socioeconómico e sociocultural, quer da dinâmica de diálogo colaborativo entre os jovens e o Município.

Deste longo e desafiante processo, resultaram com efeito contributos muito relevantes e valiosos.

Tanto os jovens como os adultos ouvidos verbalizaram perceções e opiniões consonantes com muitas das questões críticas mapeadas na etapa do diagnóstico estrutural e sintetizadas no capítulo anterior. Deram-lhes, no entanto, tonalidades vividas, sentidas, experienciais, traduzindo-as em aspetos mais concretos e vinculados aos seus quotidianos e às suas experiências de vida. Acrescentaram também aspetos e dimensões que somam muito, a partir dessa experiência vivida, àquilo que uma análise de cariz mais estrutural e impessoal consegue mapear.

Sintetizam-se em seguida os principais resultados, numa forma que procura refletir o mais possível as vozes ouvidas e que assume essas vozes como contributos decisivos para a estruturação do PMJ-CB. Nos quadros de síntese em formato destacado, organizamos esses resultados num conjunto de áreas setoriais que, com base na análise realizada, se entendeu serem as mais pertinentes não só para agrupar a informação obtida, mas também para modelar a elaboração do PMJ-CB. Privilegiam-se os contributos dos jovens e das associações juvenis e, por isso, nos quadros de síntese em destaque assinalam-se a *itálico* as contribuições verbalizadas exclusivamente por outros interlocutores não jovens.

Nas vozes dos jovens e dos nossos outros interlocutores, emerge em primeiro lugar o reconhecimento de uma série de **forças, virtudes e aspetos positivos do concelho** e das condições de vida que ele proporciona. Essa avaliação positiva está associada, para grande parte dos jovens auscultados, a um desejo declarado de desenvolver os seus projetos de vida em Castelo Branco, se aqui conseguirem ver satisfeitas as suas necessidades e aspirações essenciais em termos de educação, emprego e qualidade de vida.

FORÇAS, VIRTUDES, POTENCIAL DO CONCELHO

Síntese dos aspetos mais valorizados pelos interlocutores auscultados

AMBIENTE E QUALIDADE DE VIDA

Riqueza e diversidade natural
Riqueza de tradições e recursos culturais
Clima de segurança
Ambiente de proximidade social, de interconhecimento e de convivialidade fácil
Existência de espaços, equipamentos e condições de fruição lúdica, desportiva e cultural

EMPREGO E CONDIÇÕES DE VIDA

Potencial da Zona Industrial para gerar dinâmica económica e oportunidades de trabalho
Papel do Centro de Empresas Inovadoras e da Fábrica do Jovem Empreendedor
Custo de vida baixo comparativamente com outras regiões do país

EDUCAÇÃO

Existência de oferta local de Ensino Superior
Papel estratégico do IPCB na formação qualificada e na promoção de inovação e desenvolvimento local

ASSOCIATIVISMO

Riqueza, diversidade e iniciativa realizadora das associações desportivas, culturais e recreativas

POLÍTICAS MUNICIPAIS

Promoção de iniciativas culturais e lúdicas orientadas para os jovens
Semana da Juventude
Espaços lúdicos e equipamentos culturais
Oferta de espaços e equipamento para estudar e trabalhar (Study & Work Center)

Os aspetos identificados no âmbito desta avaliação constituem outros tantos fatores que as orientações do PMJ-CB devem procurar valorizar, apostando no reforço dos seus potenciais e tomando-os como referências para ações que intensifiquem e expandam o seu impacto positivo.

Alguns aspetos merecem especial atenção.

Destaca-se, em primeiro lugar, o modo como os jovens valorizam os **recursos naturais e culturais** do concelho, aspeto que justifica estímulos ao desenvolvimento de iniciativas de empreendedorismo jovem que se proponham tirar deles partido numa perspetiva cultural e ambientalmente sustentável.

Esta valorização aparece associada a uma perceção de qualidade de vida, que é relacionada ora com dimensões mais materiais, como o baixo custo de vida, ora com valores de teor mais imaterial. Com efeito, muitos dos jovens enunciam as virtudes naturais do concelho e da região num registo que revela forte adesão a **valores de sustentabilidade ambiental e equilíbrio ecológico**.

É também interessante notar que em muitas das falas a este respeito se estabelece um contraste entre essas vantagens e o que alguns jovens entendem ser o défice de oportunidades no concelho, nomeadamente em domínios mais materiais, como o emprego, a oferta de lazer, a oferta de formação superior, o acesso a trabalho que proporcione elevados padrões de vida.

Em segundo lugar, há uma valorização muito positiva de iniciativas que vêm sendo desenvolvidas no concelho no domínio do **empreendedorismo, da inovação e da empregabilidade**. O Centro de Empresas Inovadoras e a Fábrica do Jovem Empreendedor são recorrentemente referidos como exemplos de boas práticas e modelos a seguir e ampliar. Há uma forte valorização da ideia de **inovação**, que nos discursos dos jovens aparece muito associada quer a essas estruturas, quer ao IPCB, transversalmente considerado um dos mais valiosos recursos do concelho.

Em terceiro lugar, os jovens valorizam positivamente um conjunto de **políticas do Município** no domínio das infraestruturas de **lazer**, de ocupação dos tempos livres e de fruição convival e lúdica, a que se soma uma apreciação muito positiva do Study & Work Center. Esta ênfase, no que respeita à atuação do Município, nestes aspetos mais ligados ao usufruto de espaços e momentos de lazer e convivialidade, vai de par com um razoável alheamento em relação a outros campos de intervenção do Município com

implicações fortes para a juventude, como a educação, a integração social, o combate à precariedade social.

Em sentido oposto, os jovens e os adultos auscultados enunciam um amplo conjunto **de fraquezas, aspetos críticos e constrangimentos**, que identificam como fatores limitativos quer das condições e oportunidades de vida que o concelho proporciona aos jovens em geral, quer da concretização das suas aspirações e dos seus projetos de vida pessoais.

Do elenco de aspetos críticos sintetizados no quadro abaixo, é importante diferenciar fatores que se referem a **áreas de responsabilidade e intervenção direta do Município** e fatores que remetem para as **dinâmicas de auto-organização da sociedade civil e do setor privado**. Sendo importante que o PMJ-CB considere todas essas preocupações nas suas orientações programáticas, uns e outros devem ser incorporados de formas distintas.

FRAQUEZAS, ASPETOS CRÍTICOS, CONSTRANGIMENTOS

Síntese dos aspetos identificados pelos interlocutores auscultados

EMPREGO E MERCADO DE TRABALHO LOCAL

Escassez de oferta de trabalho qualificado
Existência de muito emprego precário e com condições de trabalho insatisfatórias
Dificuldades de acesso dos jovens migrantes, refugiados e de minorias étnicas a oportunidades de trabalho

CONDIÇÕES DE VIDA E MOBILIDADE

Insuficiência da oferta de habitação a custos sustentáveis pelos jovens, nomeadamente no mercado de arrendamento
Insuficiência e condições precárias da habitação social disponível
Insuficiência da oferta de residências para estudantes
Custo de vida baixo comparativamente com outras regiões do país

FRAQUEZAS, ASPETOS CRÍTICOS, CONSTRANGIMENTOS

Síntese dos aspetos identificados pelos interlocutores auscultados

EDUCAÇÃO

Oferta de transportes públicos insuficiente, nomeadamente entre a cidade e as zonas mais rurais e em horários alargados

Precaridade das condições de acesso e utilização de espaços e recursos públicos por parte dos jovens com deficiência e necessidades especiais

SAÚDE

Escassez e fraca qualidade dos serviços públicos de saúde, no domínio da saúde mental

Escassez de serviços de apoio psicológico, nomeadamente nas escolas

Insuficiência de apoio educativo e formativo a jovens com deficiência e necessidades especiais

INCLUSÃO E EXCLUSÃO SOCIAL

Défices de integração sociocultural de jovens de minorias étnicas, migrantes e refugiados, sobretudo oriundos de países não falantes de português

Problemas de discriminação de jovens de minorias étnicas, migrantes e refugiados

Insuficiência dos apoios institucionais aos jovens migrantes e refugiados, nomeadamente no acesso a trabalho, educação, informação e condições de vida condignas

Debilidade das condições de acesso de jovens deficientes e com necessidades especiais à vida pública

CULTURA, DESPORTO E LAZER

Pouca diversidade das oportunidades para prática de desporto, nomeadamente em termos de modalidades

Escassez da oferta cultural

Baixo grau de participação dos jovens nas atividades culturais

Poucas oportunidades de acesso a entretenimento noturno na cidade, nomeadamente à noite

FRAQUEZAS, ASPETOS CRÍTICOS, CONSTRANGIMENTOS

Síntese dos aspetos identificados pelos interlocutores auscultados

	Escassez de oportunidades de entretenimento e vida lúdica em contexto público fora da cidade
ASSOCIATIVISMO E PARTICIPAÇÃO CÍVICA	Insuficiência dos apoios públicos às associações Problemas de sustentabilidade financeira dos projetos associativos <i>Fraca capacitação das associações para lidar com gestão administrativa de forma eficaz</i> Baixo grau de participação dos jovens nas atividades associativas
ACESSO A INFORMAÇÃO	Insuficiência e acessibilidade difícil a informação pública, nomeadamente da responsabilidade do Município, sobre oportunidades para os jovens em áreas como emprego, educação, cultura, desporto, animação.
PARTICIPAÇÃO POLÍTICA	Baixo grau de envolvimento dos jovens nas decisões de política pública local, em especial relativa à juventude Problemas de funcionamento e eficácia do Conselho Municipal da Juventude (CMJ) Baixo grau de mobilização dos jovens para participação política ativa, nomeadamente no âmbito do CMJ

Neste domínio, um dos aspetos que mais sobressai na apreciação dos jovens entrevistados acerca das condições de vida no concelho é a preocupação com o que entendem ser a **escassez de oportunidades de trabalho** ajustadas às suas expectativas e projetos de vida. As referências à escassez da oferta de trabalho qualificado e à **precariedade das condições** oferecidas por muitos dos empregadores locais são recorrentes.

Naturalmente, essas perceções variam em função das características socioeconómicas e socioculturais dos jovens, assim como do seu grau de envolvimento na vida política,

nomeadamente na vida partidária. Mas a questão do emprego e das oportunidades de vida a ele associadas é relativamente transversal e surge frequentemente relacionada com a enunciação da **perspetiva de vir a migrar** para fora do concelho, em busca de melhores oportunidades.

Perceção similar emerge em relação à **oferta de educação superior** no concelho. Embora haja uma forte valorização do papel do IPCB (não apenas na oferta formativa, mas também na inovação tecnológica e na relação com o empreendedorismo e a atividade empresarial), que é transversal ao conjunto dos jovens e dos adultos entrevistados, os primeiros expressam insatisfação em relação ao carácter limitado da oferta de cursos superiores, que cobrem um leque limitado de áreas e condicionam as suas escolhas. Uma vez mais, este é um fator que despoleta **perspetivas de saída do concelho**, em busca de outras oportunidades de formação superior.

No que diz respeito às **condições vida**, dois aspetos se destacam.

O primeiro é o das dificuldades de **acesso a habitação**, que os jovens entrevistados enunciam sobretudo por referência à **habitação para estudantes**. É um dos domínios em que mais apelam à intervenção direta e ativa do Município, nomeadamente reforçando a sua ação na construção de residências para estudantes e na disponibilização de habitação a custos controlados para jovens em início de vida ativa.

O segundo aspeto é a **mobilidade** e o sistema de **transportes públicos**. São dois os aspetos críticos particularmente enfatizados, ambos relacionados com os horários e a frequência dos transportes públicos: as insuficiências dos serviços de transporte público entre a cidade de Castelo Branco e as áreas mais rurais do concelho; e a escassez de horários noturnos, tanto dentro da cidade, como entre esta e as regiões mais rurais, que limitam muito a capacidade de movimentação a partir do final da tarde e, consequentemente, o acesso a oportunidades de participação cultural, desportiva e convivial.

No domínio da **saúde** há referências sistemáticas a um défice de serviços de apoio e acompanhamento dos problemas de **saúde mental**. Na verdade, e em linha com tendências observáveis mais amplamente entre as populações juvenis no país, a questão

da saúde mental ocupa um lugar central nas preocupações dos jovens albicastrenses e justifica uma forte insatisfação com a disponibilidade e a qualidade dos cuidados médicos acessíveis no concelho.

O **associativismo** é um tema que divide os nossos interlocutores, jovens e adultos. Por um lado, há uma perceção generalizada de que **o concelho é rico em associações** (juvenis, culturais, desportivas e de desenvolvimento social) e de que estas desenvolvem um trabalho importante e muito positivo. Por outro lado, sobretudo entre os dirigentes associativos, emerge uma avaliação negativa da relação dos jovens albicastrenses com as atividades associativas, que aponta para um forte défice de participação e envolvimento e um razoável alheamento do trabalho das associações.

Essa avaliação prolonga-se numa perceção predominantemente também negativa e pessimista em relação à **disponibilidade dos jovens locais para a participação cívica e política**. Embora esse pessimismo seja em especialmente enunciado pelos dirigentes associativos e os jovens entrevistados mais comprometidos com organizações cívicas e políticas, nesses casos referindo-se aos outros jovens, ela assume também, de um modo transversal, a forma de uma autocrítica. O Conselho Municipal da Juventude, cujas sessões são em regra pouco participadas, é o exemplo mais referido neste campo.

Observa-se, noutro domínio, uma sensibilidade generalizada em relação às condições e oportunidades de vida de **jovens que se encontram em situação de especial vulnerabilidade**. Há uma preocupação transversal a quase todos os nossos interlocutores com as condições de vida **dos jovens com deficiência e necessidades especiais** e com o seu acesso a dimensões essenciais da vida social: educação, emprego, circulação no espaço público, acessibilidade a serviços e equipamentos, apoio médico e psicológico.

A necessidade de promover condições adequadas de inclusão social de **jovens imigrantes e refugiados**, e das suas famílias, emerge também de uma forma transversal em grande parte das entrevistas. É uma questão particularmente enfatizada por representantes, jovens e não jovens, dos estabelecimentos escolares, das associações de desenvolvimento social e das associações culturais

Nas conversas que mantivemos com alguns desses jovens, com proveniência do Paquistão, Angola, Brasil, Afeganistão e São Tomé e Príncipe, emerge um problema essencial, que amplifica as dificuldades de inserção económica, cultural, educativa e social, que também revelam: a **distância funcional e simbólica em relação à administração pública** e as **dificuldades de acesso aos recursos e apoios** que esta pode proporcionar.

São dificuldades geradas em grande parte por um **déficé de conhecimento das lógicas de funcionamento dos serviços e da administração pública**, dos direitos que lhes assistem e dos recursos a que podem aceder. Tornam-se especialmente problemáticas para os migrantes e refugiados para quem a língua portuguesa não é a língua mãe. Nesses casos, as dificuldades no domínio da língua ampliam e intensificam o isolamento social em que vivem. Nas experiências e perceções verbalizadas por essas pessoas, salienta-se também o papel decisivo que é desempenhado pelas associações de desenvolvimento, em particular a Amato Lusitano, fazendo um trabalho de mediação que mitiga parte desses problemas.

Finalmente, duas outras questões atravessam as preocupações verbalizadas pelos jovens: a **sustentabilidade ambiental**, por um lado, e a **transição digital**, por outro. Contrariamente aos outros aspetos descritos acima, que são em regra enunciados por referência direta à realidade concelhia e às ações do Município, estas questões são elaboradas em termos genéricos e de forma pouco articulada com as especificidades do concelho ou com linhas de atuação concretas ao nível das políticas locais para a juventude.

Como referimos atrás, são questões que todos os estudos constatarem que são atualmente centrais no universo valorativo dos jovens, ocupando lugar de destaque no espectro das suas preocupações. A sensibilidade revelada pelos jovens albicastrenses entrevistados em relação a esses dois aspetos reforça o imperativo de eles serem incorporados como dimensões estratégicas na definição das linhas orientadoras das políticas locais para a juventude e, em especial, do PMJ-CB.

Além da sondagem das forças e das fragilidades do concelho para o desenvolvimento dos projetos de vida dos jovens, o processo de auscultação e diálogo permitiu elencar um conjunto de **propostas ao Município**, que procuram encontrar soluções para alguns dos problemas identificados ou sugerir medidas que respondam a necessidades manifestadas pelos jovens e as organizações juvenis.

Elas estão sintetizadas no quadro seguinte.

Encontramos, entre elas, propostas e sugestões de natureza diversa. Algumas são formuladas de forma alinhada com a filosofia e o formato de um PMJ; outras são sugestões de melhoria de aspetos específicos da ação governativa, de carácter mais imediato e circunscrito; outras apontam para iniciativas do Município já em desenvolvimento; outras ainda, finalmente, são aspirações, que indiciam novos caminhos e possibilidades.

Este trabalho assentou no entendimento de que o processo de elaboração do PMJ-CB deve ser encarado como uma oportunidade para promover maior diálogo entre os jovens, o Município e a comunidade concelhia, de forma ampla. Em conformidade, entendemos também que este Relatório dever considerar todas as propostas e sugestões, tal como elas foram verbalizadas, tomando-as como orientações para a definição das diretrizes estruturantes do plano, de forma ora mais direta, ora ou mais indireta.

PROPOSTAS E SUGESTÕES DE LINHAS ORIENTADORAS E MEDIDAS A CONSIDERAR NO PMJ-CB E NA AÇÃO GOVERNATIVA DO MUNICÍPIO DIRIGIDA À JUVENTUDE

- Reforçar a política de apoio à construção e disponibilização de habitações para jovens a preços controlados
- Promover uma política de controlo de preços de arrendamento para estudantes
- Construir ou requalificar edifícios destinados a novas residências universitárias
- Criar medidas de incentivo à fixação de grandes, pequenas e médias empresas e à criação de novo emprego para jovens, privilegiando empresas do setor tecnológico e com investimento em inovação

- Criar programas de incentivo à criação de estágios nas empresas, envolvendo o IPCB e privilegiando estágios com perspetivas de contratação
- Criar incentivos fiscais à fixação de jovens trabalhadores no concelho
- Criar feiras de emprego regulares e frequentes nas escolas secundárias e no IPCB
- Promover sessões informativas sobre empregabilidade e oportunidades de trabalho em colaboração entre o Centro de Emprego e o Município
- Estabelecer parcerias entre estabelecimentos escolares, Município, empresas e IEFP para promover oportunidades de emprego, em especial para jovens imigrantes e jovens com necessidades especiais
- Dinamizar campanhas de sensibilização para as necessidades dos jovens com necessidades especiais e promover medidas de incentivo ao emprego desses jovens
- Negociar com IPCB alargamento da oferta de cursos, acompanhando tendências da economia e dos mercados
- Apoiar a criação nas escolas de programas de sensibilização e intervenção no campo da saúde mental
- Construir ciclovias no concelho e desenvolver de medidas de incentivo à mobilidade não automobilizada
- Alargar horários e circuitos de transportes públicos, para facilitar acesso de jovens ao fim do dia e à noite às infraestruturas de lazer e entretenimento da cidade
- Reforçar os apoios do Município às associações
- Redinamizar a produção da Agenda Cultural do Município
- Melhorar a comunicação do Município com os jovens, reforçando a sua presença nas redes sociais da internet
- Promover assembleias regulares com os munícipes, para dialogar sobre necessidades, problemas e expectativas dos jovens
- Melhorar os instrumentos de comunicação da Câmara Municipal com os munícipes e promover maior transparência sobre as políticas públicas

7. PROPOSTA DE ESTRUTURA DO PLANO MUNICIPAL DE JUVENTUDE DE CASTELO BRANCO

A auscultação e o diálogo com os jovens constituem o eixo central de qualquer Plano Municipal de Juventude. Não se trata apenas de recolher opiniões, mas de reconhecer a juventude como sujeito político, portador de direitos e de uma voz própria, capaz de influenciar de forma decisiva a conceção, implementação e avaliação das políticas públicas que o afetam. Integrar a perspetiva dos jovens é, por isso, um requisito democrático e uma condição de legitimidade de qualquer estratégia municipal nesta área.

Colocar essa perspetiva em diálogo com o resto da comunidade local e com as tendências que marcam a evolução social, cultural, económica e política do país e do mundo contemporâneo é requisito adicional para sustentar uma formulação de políticas públicas para a juventude justas, equilibradas e ajustadas às necessidades, às expectativas e aos desafios que os jovens enfrentam.

Foi este o princípio orientador deste estudo e da sistematização dos seus principais resultados neste Relatório.

O Relatório foi organizado com o objetivo de, com base no confronto reflexivo entre, de um lado, os princípios e as recomendações para as políticas locais para a juventude enunciadas pelas instituições e as organizações nacionais e europeias e, do outro, o diagnóstico das dinâmicas e das condições específicas do concelho, municiar o Município de Castelo Branco com a identificação das principais questões críticas que

devem estruturar o seu Plano Municipal de Juventude e apresentar propostas e sugestões sobre a sua estrutura e as suas linhas diretrizes.

Ao longo do Relatório, procurámos ir identificando dimensões críticas, tendências, questões que se revelam centrais para as políticas locais para a juventude e, com base nisso, enunciar linhas orientadoras para a elaboração do PMJ-CB.

Nesta secção final, apresentamos uma proposta de estrutura desse plano, que procura integrar as várias recomendações que fomos mapeando ao longo do texto – e que decorrem tanto do exercício analítico do diagnóstico estrutural, como da integração das ideias, perspetivas, sugestões e reivindicações cidadãos que a imersão no terreno e o diálogo aberto com os atores locais, sobretudo os jovens, nos permitiram colecionar.

A proposta, apresentada abaixo de forma esquemática, organiza a componente programática do PMJ-CB com base na definição de cinco **Eixos Estruturantes**:

- 1) **PARTICIPAÇÃO: Vida Associativa, Cívica e Política**
- 2) **QUALIFICAÇÃO: Educação e Formação para a Cidadania e Igualdade**
- 3) **DINAMIZAÇÃO: Emprego, Empreendedorismo, Inovação e Atividade Criativa**
- 4) **QUALIDADE DE VIDA: Habitação, Condições de Vida, Espaço Público e Mobilidade**
- 5) **INCLUSÃO: Diversidade Sociocultural, Equidade, Igualdade e Integração Social**

A cada um deste Eixos Estruturantes, associamos **Objetivos Estratégicos**, aos quais, na fase de elaboração do PMJ-CB, e no quadro do diálogo colaborativo entre o Município e a comunidade local, com destaque para os jovens e as organizações juvenis, devem ser associadas linhas concretas de ação, que deem substância programática às políticas locais para a juventude a desenvolver no futuro.

Tanto os Eixos Estruturantes como os Objetivos Estratégicos propostos são suportados no trabalho desenvolvido no âmbito deste estudo e procuram organizar, de forma coerente e consequente, as várias questões críticas, recomendações, opiniões e propostas que a pesquisa identificou.

EIXO 1 | PARTICIPAÇÃO

VIDA ASSOCIATIVA, CÍVICA E POLÍTICA

Objetivo geral: Reforçar uma cultura de participação cívica efetiva entre os jovens de Castelo Branco, consolidando o tecido associativo e criando canais permanentes, inclusivos e transparentes de diálogo, co-decisão e co-produção de políticas públicas, assegurando a sua representação nos processos de governação municipal.

Objetivos Estratégicos:

1. Estruturar e dinamizar a **governança participativa** juvenil
2. Reforçar o **tecido associativo** e a sua sustentabilidade
3. Desenvolver **competências** cívicas e **literacia democrática**
4. Melhorar a **comunicação bidirecional** Município-Jovens
5. Garantir **participação inclusiva e territorialmente equilibrada**
6. **Monitorizar** e **atualizar** periodicamente o PMJ-CB

EIXO 2 | QUALIFICAÇÃO

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA E IGUALDADE

Objetivo geral: Promover entre os jovens de Castelo Branco uma educação integral para a cidadania, assente em valores de igualdade, diversidade e inclusão, reforçando competências críticas, sociais e interculturais que favoreçam a participação ativa, a coesão social e a construção de uma comunidade mais justa e democrática.

Objetivos Estratégicos:

1. Desenvolver **competências de cidadania democrática**
2. Promover a **igualdade de género** e a **inclusão social**
3. Reforçar a **literacia digital, mediática e crítica**
4. Sensibilizar para os **direitos humanos**, a **diversidade cultural** e a **sustentabilidade ambiental**
5. Valorizar a **educação não formal** e a **aprendizagem ao longo da vida**

EIXO 3 | DINAMIZAÇÃO

EMPREGO, EMPREENDEDORISMO, INOVAÇÃO E ATIVIDADE CRIATIVA

Objetivo geral: Promover a inserção profissional e o desenvolvimento de competências empreendedoras e criativas dos jovens de Castelo Branco, incentivando a inovação, a criação de emprego qualificado e a valorização dos setores industriais com enraizamento no concelho, das indústrias culturais e criativas e do aproveitamento sustentável dos recursos naturais e patrimoniais como motores de desenvolvimento económico e social.

Objetivos Estratégicos:

1. Reforçar a **empregabilidade** e a transição para o mercado de trabalho
2. Incentivar o **empreendedorismo** jovem
3. Apoiar a **inovação** e o desenvolvimento de **competências digitais**
4. Valorizar as **indústrias culturais e criativas** e as **atividades artísticas**
5. Promover **redes de cooperação** e **internacionalização**

EIXO 4 | QUALIDADE DE VIDA

HABITAÇÃO, CONDIÇÕES DE VIDA, ESPAÇO PÚBLICO E MOBILIDADE

Objetivo geral: Assegurar que os jovens de Castelo Branco dispõem de condições de vida dignas e sustentáveis, promovendo o acesso à habitação, a qualidade e inclusão nos espaços públicos e soluções de mobilidade seguras e eficientes, que reforcem a sua autonomia e bem-estar no concelho.

Objetivos Estratégicos:

1. Facilitar o acesso dos jovens à **habitação**
2. Melhorar as **condições de vida** dos jovens no concelho
3. Qualificar e dinamizar o **espaço público** para a juventude
4. Reforçar a **mobilidade** acessível, segura e sustentável
5. Promover a **sustentabilidade ambiental** e o **direito à cidade**

EIXO 5 | INCLUSÃO

DIVERSIDADE SOCIOCULTURAL, EQUIDADE, IGUALDADE E INTEGRAÇÃO SOCIAL

Objetivo geral: Promover um Município inclusivo, que valoriza a diversidade sociocultural e assegura a equidade, a igualdade de oportunidades e a integração social dos jovens de Castelo Branco, garantindo o respeito pelos direitos humanos e fortalecendo a coesão comunitária.

Objetivos Estratégicos:

1. Promover a **igualdade de oportunidades** para todos os jovens
2. Valorizar a **diversidade cultural** e identitária
3. Combater todas as formas de **discriminação**
4. Reforçar a **integração social** de jovens **migrantes, refugiados e minorias**
5. Promover a **participação cívica inclusiva**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Allegretti, G.; Silva; M. A. L; Freitas, F. (2012). Experiências participativas da juventude em Portugal: reflexões emergentes do caso do OPJ da Trofa. *O público e o privado*, 20: 115-205.
- Augusto Mateus e Associados, Lda. (2015). *Estratégia de desenvolvimento do Concelho de Castelo Branco*. Câmara Municipal de Castelo Branco.
- CMCB (2007). *Carta Educativa do Concelho de Castelo Branco*. Câmara Municipal de Castelo Branco.
- CMCB (2016). *Monitorização da Carta Educativa do Concelho de Castelo Branco*. Câmara Municipal de Castelo Branco.
- CMCB (2023). *Relatório de execução do Plano Municipal para a Igualdade e a Não Discriminação (setembro 2022 a agosto 2023)*. Câmara Municipal de Castelo Branco.
- CMCB; Rede Social do Concelho de Castelo Branco (2022). *Diagnóstico social de Castelo Branco*. Câmara Municipal de Castelo Branco.
- Comissão das Comunidades Europeias (2001). *Livro branco da Comissão Europeia: um novo impulso à juventude*. Comissão das Comunidades Europeias.
- Comissão Europeia (2025). *Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões relativo à implementação da estratégia da UE para a juventude (2022-2024)*. Comissão Europeia.
- Conselho da Europa (2015). *Revised European Chart on the Participation of Young People in Local and Regional Life*. Conselho da Europa.
- Conselho da União Europeia (2018). Resolução do Conselho da União Europeia e dos Representantes dos Governos dos Estados-Membros reunidos no Conselho relativa ao quadro para a cooperação europeia no domínio da juventude: Estratégia da União Europeia para a Juventude 2019-2027. *Jornal Oficial da União Europeia*. C 456 de 18/12/2018: 1-22.
- Costa, P. (2020). *A participação política da juventude em Portugal em 2020*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Dias, N. (coord.) (2024). *Linhas estratégicas para a promoção da participação jovem em Portugal*. Instituto Português do Desporto e Juventude.

Dínamo - Associação de Dinamização Sócio-Cultural (2015). *Faz-te ouvir. Manual sobre a Carta Europeia Revista sobre a Participação dos e das Jovens na Vida Local e Regional*. Dínamo.

FNAJ (2012). *Declaração de Braga sobre políticas autárquicas de juventude*. Federação Nacional das Associações Juvenis.

FNAJ (2019). *Plano nacional de políticas locais de juventude*. Federação Nacional das Associações Juvenis.

Oliveira, Suzy (2025). *Juventude em consulta ou em decisão? A participação dos jovens na construção dos Planos Municipais de Juventude em Portugal: um estudo de caso em Castelo Branco*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

UN (2016). *World Youth Report. Young Civic Engagement*. United Nations.

UN (2024). *Youth 2030. First Interim Report*. United Nations Youth Office.